

de César nas Gálias; Constantino chegou a ter 175 legiões espalhadas pelo vasto Império. Os bárbaros, que esfacelaram o Império Romano, não tinham infantaria. Combatiam a cavalo, com apoio inexpressivo da peonagem. Alternando sua ação com a de elementos a cavalo, a infantaria ainda assim constituiu-se até o séc. VIII como o principal elemento dos exércitos. O Feudalismo trouxe o apanágio da cavalaria, subsistindo certo desprezo pela infantaria, considerada então incapaz de resistir às cargas de cavalaria. O modelo de batalha medieval era inspirado no dispositivo de Arbela, com a peonagem enquadrada pela cavalaria em ambas as alas. Em Crécy (1346), a cavalaria da nobreza francesa foi desbaratada pela infantaria inglesa, na sua maioria de arqueiros de Gales, marcando o reaparecimento vitorioso do infante no campo de batalha.

Tal situação melhora quando, no séc. XV, a pólvora passa a ser usada em armas portáteis, como o arcabuz e, mais tarde, o mosquete.

A infantaria suíça é a primeira que aparece, organizada e disciplinada, depois da legião romana, marcando sua atuação em Granson e Morat (1476). Depois vem a infantaria espanhola, de Fernando, o Católico, com os *tercios* armados de arcabuz e os restantes dois terços, parte com espada e escudo e parte com pique. Durante o séc. XVI, a infantaria alterou as suas formações para adaptar-se à evolução das armas de fogo. Começou, então, a usar-se a baioneta para os assaltos em vista da diminuta cadência de tiro das armas portáteis. Com a substituição da mecha ou morrão pela roda e pederneira, e o uso do cartucho de pólvora, a infantaria se aperfeiçoou.

Nos meados do séc. XVIII, distinguiu-se especialmente a infantaria

prussiana de Frederico II, o Grande. Fogo ou manobra foi a grande questão que dominou a tática da infantaria na segunda metade do séc. XVIII. Surgiram os dispositivos de "ordem dispersa" para substituir os de "ordem unida", linear ou profunda, aplicando-se o poder de choque contra o fogo do defensor. Napoleão não modificou as formações da infantaria e sua forma de combate, mais aplicou-a com perfeição, tática e estratégia, que lhe valeu a notoriedade de chefe militar. Os sucessivos aperfeiçoamentos das armas de fogo portáteis deram à infantaria cada vez mais potência, até que sua supremacia se tornou decisiva em 1915 com o emprego da metralhadora.

Na guerra de 1914-18 novo engenho surgiu para aumentar o poder de choque da infantaria: o carro de combate. Os tanques dos ingleses, ou as *Panzerdivisionen* dos alemães, tiveram marcante atuação na II Guerra Mundial. A infantaria ressurgiu motorizada ou mecanizada, combatendo de mil formas, entrincheirada ou manobreira, reafirmando-se realmente como "rainha das armas".

Infantaria Brasileira

Pela criação das capitâncias hereditárias (1534), Portugal delegou a seus donatários a missão de defender a nova colônia, com recursos próprios. Em 1549, na instalação do Governo-Geral, chegaram as primeiras tropas regulares portuguesas, de efetivo reduzido. Mais tarde instituíram-se as tropas de milícias, compostas de elementos não permanentes, que ficavam entregues a seus afazeres, reunindo-se em caso de perigo, e as bandeiras, que eram expedições militares integradas de tropas do exército permanente e de milícias, e

com agregado de famílias, índios e escravos.

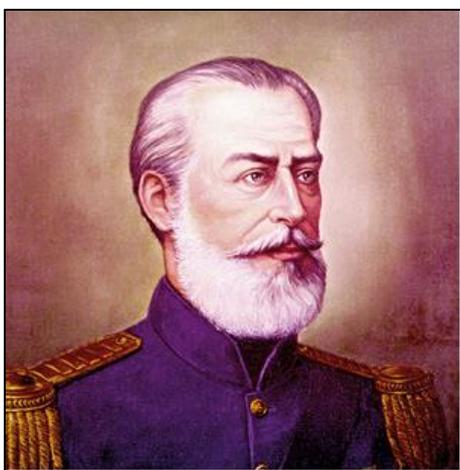
Não é possível fixar a data exata em que foi organizada a primeira unidade de infantaria, tipicamente brasileira. Por ocasião da Independência (1822), o Exército Nacional, então incipiente, combateu na Bahia as tropas portuguesas do Gen. Madeira, que negaram apoio a D. Pedro. Existiam, nessa época, na infantaria de linha, 7 regimentos, 17 batalhões, 8 corpos e 3 companhias, e, ainda, as milícias e as ordenanças (espécie de Guarda Territorial, para emprego apenas em casos de emergência). Em 1831, durante a Regência, criou-se a Guarda Nacional para substituir as antigas tropas da reserva, como as antigas milícias e ordenanças. A sua infantaria combateu nas guerras internas e externas, ao lado das tropas permanentes, sendo de destacar a atuação dos batalhões de Voluntários da Pátria, que se notabilizaram por sua atuação na Guerra do Paraguai (1865-70). A Guarda Nacional foi abolida com a República (1889) e a

última vez que se apresentou em público foi em 1911, no Rio de Janeiro, na parada do Dia da Independência.

Em 1908, com a reorganização do Exército, a infantaria foi modernizada. Terminando a I Guerra Mundial, uma missão francesa orientou a instrução do Exército brasileiro, influenciando na organização e instrução de sua infantaria. Durante a II Guerra Mundial a infantaria brasileira combateu na Itália, integrando uma divisão expedicionária, organizada, em moldes norte-americanos, como ademais, nessa época, se reestruturava o restante do Exército. Atualmente a infantaria brasileira possui unidades típicas, como sejam: Os Regimentos de Infantaria, do Grupamento de Unidades Escolas e das Divisões de Infantaria, Blindada e Aero-terrestre; os Batalhões de Caçadores, das regiões militares; os Batalhões ou Companhias de Guarda; os Batalhões, Companhias ou Pelotões de Fronteira; e os Batalhões ou Companhias de Polícia.



RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA E OS 220 ANOS DO ASSÉDIO AO FORTE NOVO DE COIMBRA



Ricardo Franco de Almeida Serra (3 de Agosto de 1748 - 21 de Janeiro de 1809) foi um distintíssimo oficial do Exército que dedicou toda a sua vida à Coroa, em Portugal e no Brasil.

Estudou na Academia Militar da Corte, em Lisboa, onde se formou como oficial de Infantaria com o exercício de Engenheiro, em 1768. Após a sua formação, notabilizou-se como engenheiro numa primeira fase, por ter cartografado uma área significativa do centro do país e pela sua intervenção em obras de ampliação da Universidade de Coimbra. Por ser dos melhores, como era hábito, foi nomeado para servir no Brasil onde continuou o seu brilhante desempenho.

Chegado ao Brasil em 1780, fez Ricardo Franco de Almeida Serra um extraordinário trabalho de cartografia do território, em particular de inóspitas regiões do oeste brasileiro, como chefe da 3ª Partida de Demarcação de Limites na América, por indicação da Rainha D. Maria I e no seguimento do Tratado de Santo Ildefonso (1777). Esta partida tinha como responsabilidade a demarcação da fronteira entre a foz do rio Jauru à foz do Japurá.

Desempenhou outras funções brilhantemente, nomeadamente foi membro por duas vezes da Junta Governativa da Capitania do Mato Grosso, foi Chefe da comissão encarregue de adquirir mais exactos conhecimentos geográficos do nascimento e origens principais dos rios Galera, Sarapé, Guaporé, Juruena (braço principal do Tapajós), terrenos que os medeiam e terrenos adjacentes.

Mas aquele trabalho que o libertou da lei da morte foi o Comando da Fronteira Sul com sede no Forte Novo de Coimbra, em 1801.

Nomeado em 1797 para Comandante da Fronteira do Sul, Ricardo Franco encontra o Presídio de Coimbra, na margem direita do rio Paraguai, em tal estado de conservação que logo se decidiu pela construção de novo forte, aproveitando o relevo existente no local. Fez o projeto do Forte e deitando mão aos poucos recursos disponíveis, inicia a construção daquele que ficaria conhecido como o Forte Novo de Coimbra.

A 16 de Setembro de 1801 – no próximo ano decorrerão 220 anos - ainda com a construção do forte inacabada, D. Lázaro de la Ribera, Governador da Intendência do Paraguai, comanda uma expedição rio Paraguai acima, com 3 ou 4 sumacas com um total de 12 canhões e guarnecidas com 5 a 9 centenas de homens, com a finalidade de conquistar a posição do Forte de Coimbra face ao seu valor geoestratégico, à margem direita do rio Paraguai.

Ricardo Franco de Almeida Serra podia contar para a defesa do seu forte de 49 soldados, 60 civis, 110 fuzis e 3 canhões (3 libras).

Logo ao avistar a flotilha e fora do alcance da sua artilharia, na manhã de 16 de Setembro, o então Tenente Coronel Ricardo Franco mandou disparar um tiro com uma peça, para negar as boas-vindas a D. Lázaro de la Ribera conforme era costume da época.

Até ao pôr-do-Sol, as peças instaladas nas sumacas não se calaram fustigando incessantemente o forte. A noite foi de vigia, pois era esperado um desembarque das forças embarcadas, para o ataque final ao forte. Mas o desembarque não chegou a acontecer.

Quando a luz do Sol voltou a iluminar o pantanal, D. Lázaro de la Ribera enviou uma carta a Ricardo Franco propondo-lhe uma rendição honrosa face à desproporção das forças em confronto.

¹ Acadêmico e Delegado em Portugal da Academia de História Militar Terrestre do Rio de Janeiro. Acadêmico-correspondente da Academia de Letras de Rondônia.

"Ayer a la tarde tubo el honor de contestar el fuego que V. S., hizo; y habiendo reconocido que las fuerzas con que voy inmediatamente atacar ese fuerte son muy superiores à las de V. S. no puedo menos de vaticinarle el último infertunio, pero, como los vassallos de S. M. Católica saben respetar las leyes de la humanidad, aun en médio de la misma guerra, requiero, portanto, a V. S. se rinda a las armas del Rey mi Amo, pues de lo contráriu, el canon e la espada decidiran de la suerte de Coimbra, sufriendo su desgraciada guarnicion todas las extremidades de la guerra, de cuyas estragos se verá libre si V. S. conviene con mi propuesta, contestandome categoricamente esta en término de una hora.

A bordo de la Sumaca Nuestra Señora del Carmen, 17 de septiembre de 1801.

Lázaro de la Ribera "

Sem deixar terminar o prazo que lhe tinha sido imposto, Ricardo Franco responde como só ele podia:

Tenho a honra de responder categoricamente a V. Ex.^a. que a desigualdade de forças foi sempre um estímulo que animou os portugueses, por isso mesmo a não desampararem os seus postos e a defende-los até às duas extremidades: ou de repelir o inimigo, ou a sepultarem-se debaixo das ruínas dos fortes que lhes confiaram. Nessa resolução se acham todos os defensores deste Presídio que tem o praxer de verem em frente a excelsa pessoa de V. Ex.^a. que Deus guarde muitos anos.

Os dois dias seguintes à recusa de rendição foram assinalados com vários desembarques e ataques ao forte. Todos eles foram rechaçados! A 20 de Setembro novo desembarque, desta vez para o saque da horta com o roubo de alimentos e animais. Era sinal que a expedição tinha sido planeada para durar menos tempo e se contava com a rendição imediata das tropas portuguesas.

Nesse dia, ainda, desencadeia-se uma tempestade com ventos muito fortes que dura até ao dia 24. Aproveitando uma aberta do estado climatérico, a 24, de la Ribera lança o derradeiro ataque ao Forte Novo de Coimbra, mas mais uma vez a sua guarnição, comandada por Ricardo Franco, consegue evitar a conquista do Forte. Estava decidido o confronto!

No dia 25 de Setembro, D. Lázaro de la Ribera decide retirar a flotilha para Assunção, não sem antes prestar tributo aos honrosos vencedores. Para isso manda tocar oboés e zabumbas (majestosos tambores) que ecoaram pelo pantanal. Ricardo Franco respondeu com 2 tambores, uma flauta e uma rabeca...

A vitória de Ricardo Franco foi festejada por toda a Capitania do Mato Grosso, e rapidamente chegou ao conhecimento da Corte em Lisboa. A Rainha D. Maria I promove-o a Coronel e eleva-o à condição de cavaleiro da Ordem de Avis.

Morreu em 1809 no Forte Novo de Coimbra, grande e pobre!

Os seus restos mortais descansam, desde 1954, no Forte Novo de Coimbra à guarda de uma Companhia de Infantaria de Fronteira do Exército Brasileiro.

Atualmente, é o patrono do Quadro de Engenheiros Militares, da Fundação Ricardo Franco e da 18.ª Brigada de Infantaria de Fronteira, todos do Exército Brasileiro. É ainda patrono da reserva natural Parque Estadual Ricardo Franco, no estado do Mato Grosso, com uma área de 703 km².

Apesar de ter nascido e morrido português, dada a sua enorme contribuição para a dimensão continental do Brasil, esta nação irmã cultua fervorosamente a figura impoluta do Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Em Portugal, é quase um desconhecido.



Imagem aérea atual do Forte Coimbra

Fonte: google imagens.

SÍMBOLOS DE URUGUAIANA

Carlos Fonttes - historiador militar

A primeira vez que tomamos ciência de que o nosso brasão estava errado, foi quando compulsamos as páginas do livro Fundamentos históricos e Geográficos de Uruguaiana, dos Professores, Júlio César Tietböhl e Maria de Lourdes Guimarães, editado em 1976, a partir da pág. 70, em que observaram que a coroa mural deveria ser modificada, por estar ainda representando Vila. Mais tarde foi corrigido, porém, acrescentaram outros erros e assim, continuaram.

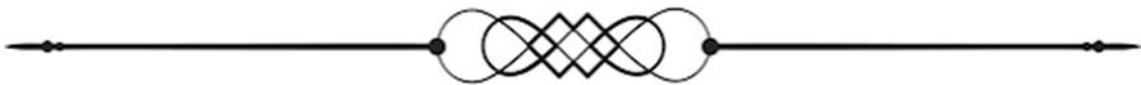
Esses sucessivos erros - por descuido ou falta de correção por quem de direito determinou, acarretou várias dicotomias, tanto no Brasão como na nossa bandeira. Reiteradas vezes publiquei nos jornais da cidade minhas crônicas chamando a atenção para os fatos já acontecidos. Até que, após tantas correções e insistência da nossa história para que se corrigisse, finalmente, com atenção e com os olhos voltados para a preservação da nossa história, um Vereador da cidade, tomando ciência de minhas publicações, elaborou um projeto para a correção dos símbolos de Uruguaiana que, finalmente, em 25 de junho de 2020 foram aprovados pela casa legislativa, publicando o Brasão e a Bandeira do Município corretos.

Transcrevemos a seguir a legislação que retificou e aprovou o Brasão e a Bandeira de Uruguaiana:

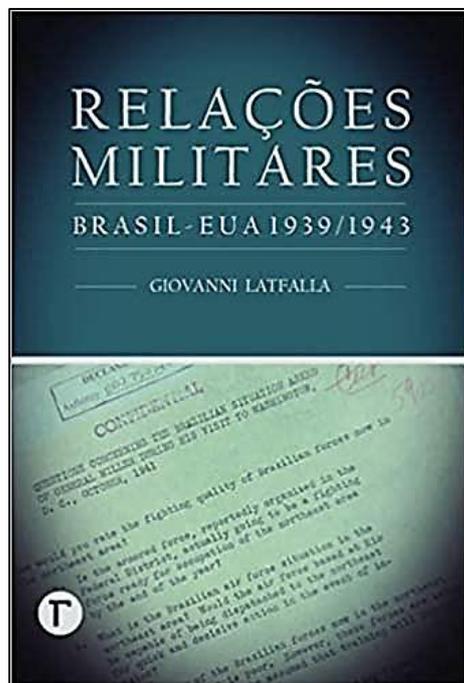
- Projeto Lei alterando o parágrafo 1º do Art 1º, e o modelo da Bandeira anexa à Lei nº 1.284/1975, que criou a Bandeira do Município de Uruguaiana, foi aprovado dia 25 de junho de 2020. A matéria de autoria da Mesa Diretora, presidida pelo Vereador Irani Fernandes (Progressista), atualiza na Bandeira Municipal o novo Brasão do Município, descrito na Lei nº 5.023/19, com modificação heráldica.

- "Nossa legislação precisa ser atualizada, conforme determinado nas normas. A Casa Legislativa, sendo a Guardiã dos símbolos cívicos da sociedade uruguaiense, tem obrigação de promover esse ato" - Afirmou Irani.

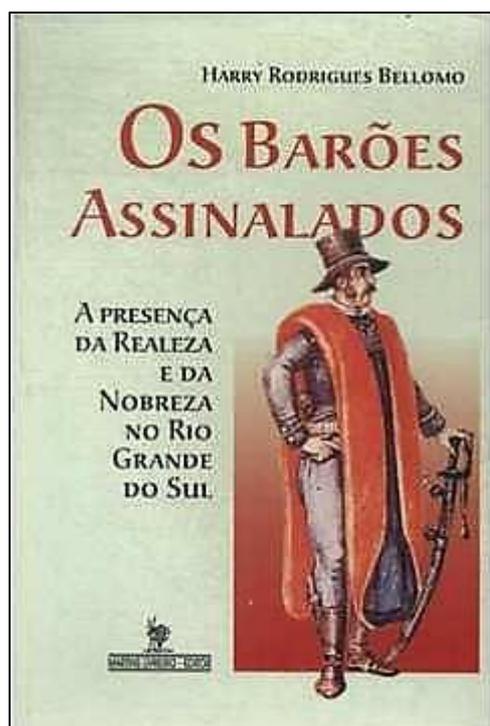
De acordo com a Lei o Brasão é assim detalhado: "Escudo Português aquartelado. No primeiro quartel, em campo de blau, duas lanças de ouro cruzadas, significando a fundação da cidade durante o período farroupilha; no segundo, em campo de goles, a Medalha da Rendição EM Uruguaiana; no terceiro, em campo de goles, uma corrente de prata, partida, significando a libertação dos escravos em Uruguaiana, quatro anos antes da Lei Áurea; e no quarto, em campo de blau, três faixas ondeadas de prata, simbolizando o Rio Uruguai, que deu o nome a cidade. Coroa Mural da cidade, com cinco torres de prata, como suportes, dois leões de prata, armados e lampassados de goles, significando a situação excepcional do Município, quando da sua criação, lindando com dois países americanos. Listel de prata, com o nome da cidade e a data de sua fundação, 24.2.1843, em blau".



**LIVROS RECEBIDOS PELA AHIMTB/RS E QUE ESTÃO À
DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS**



LATFALLA, Giovanni. *Relações Militares Brasil/Estados Unidos – 1939-1943*.
Rio de Janeiro: Gramma, 2019.



BELLOMO, Harry Rodrigues. *Os barões assinalados: a presença da realeza e da nobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro: 1999.



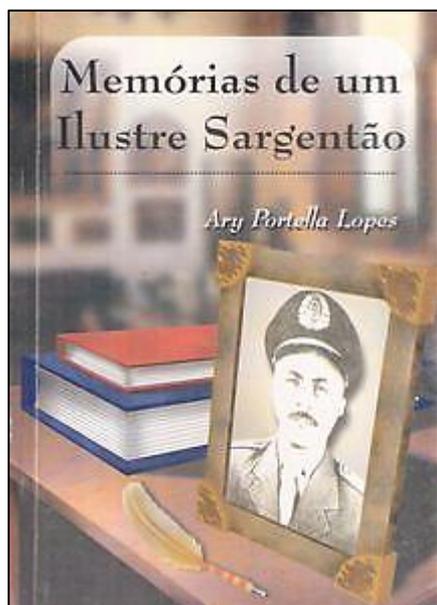
AMARAL, Antonio Carlos Mesquita do. “Deu no Boletim”. Santa Maria: Pallotti, 2007.

(doação do autor)



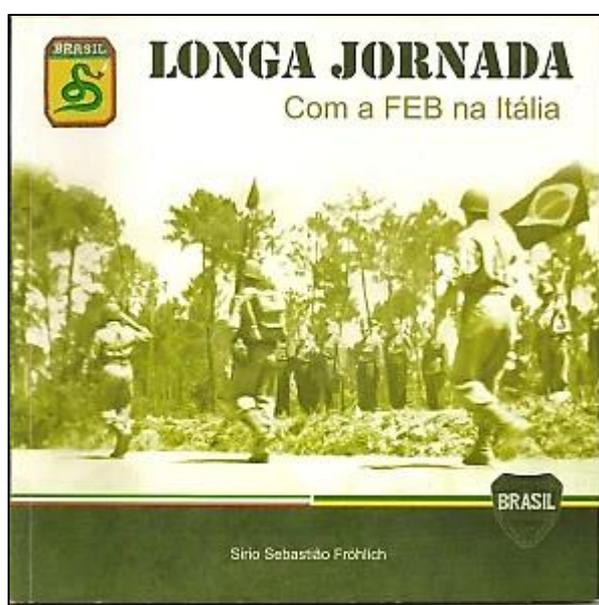
AMARAL, Antonio Carlos Mesquita do.
Regimento Mallet – Cento e Setenta anos de seu dia-a-dia. Santa Maria: Pallotti, 2007.

(doado pelo autor).



LOPES, Ary Portella. Memórias de um Ilustre Sargentão. São Luiz Gonzaga, RS: Gráfica A Notícia, 2003.

(doado pelo ST Antonio Carlos Mesquita do Amaral)



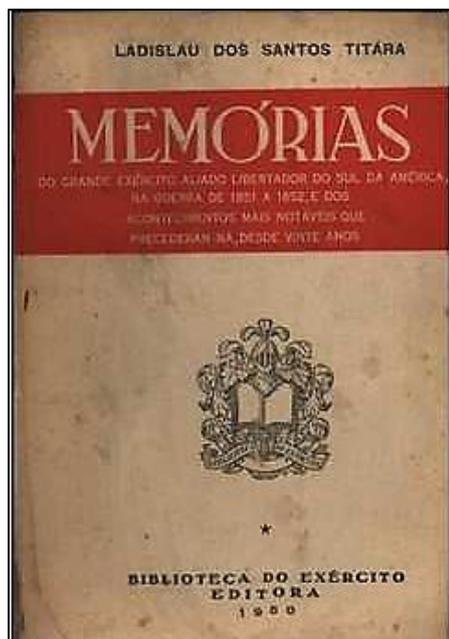
FRÖHLICH, SÍRIO SEBASTIÃO. Longa Jornada – Com a FEB na Itália. Brasília: EGGCF, 2011.

(doado pelo ST ACM do Amaral)

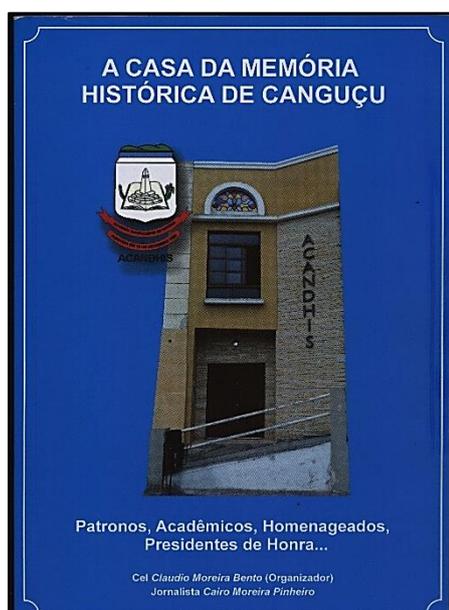


CASTRO, Genesco de. O Estado Independente do Acre – J. Placido de Castro – Excerptos Historicos. Rio de Janeiro: Typographia São Benedito, 1930.

(doado pelo ST ACM do Amaral)



TÍTARA, Ladislau dos Santos. MEMÓRIAS do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América, na guerra de 1851 a 1852, dos acontecimentos mais notáveis que precederam-na desde vinte anos. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1950.
(doado pelo ST ACM do Amaral)



BENTO, Claudio Moreira, Coronel (organizador); Cairo Moreira Pinheiro, Jornalista. A Casa da Memória Histórica de Canguçu – Patronos, Acadêmicos, Homenageados, Presidentes de Honra... Barra Mansa: Drumond/ACANDHIS, 2020.



EDITOR:

**LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS, CEL PRESIDENTE DA AHIMTB/RS
(LECAMINHA@GMAIL.COM)**

SITES: WWW.AHIMTB.ORG.BR E WWW.ACADHISTORIA.COM.BR

SITE DO NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS/CMS: WWW.NEE.CMS.EB.MIL.BR

SITE DO NÚCLEO MILITAR DE GRAMADO: WWW.NUCLEV.COM

**BLOG DA DELEGACIA DA FAHIMTB/RS EM RECIFE, PE – DELEGACIA HERÓIS DE
GUARARAPES:**

HTTP://HISTORIA-PATRIOTA.BLOGSPOT.COM/